

INTRODUÇÃO

Este estudo é uma pesquisa em andamento que faz parte do grupo de estudo em Política de Educação Inclusiva e Especial da Faculdade de Educação na Universidade Federal do Ceará. O tema proposto é relevante no sentido de analisar as práticas pedagógicas desenvolvidas pelas Instituições Especializadas que atendem alunos público alvo da Educação Especial incluídos nas escolas regulares do Município de Fortaleza, a partir da Política Nacional da Educação Especial/ 2008, na perspectiva de trabalhar em prol da inclusão. Parte-se do pressuposto de que tais Instituições Especializadas tornaram-se relevantes diante do paradigma da inclusão escolar, principalmente, por atuarem numa perspectiva complementar e não substitutiva como forma de garantir que a escolarização dos alunos público alvo da educação especial aconteça nas escolas regulares. O interesse em trabalhar com essa temática surgiu a partir da participação no grupo de estudo e da experiência da primeira autora por ser professora de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) em escola pública de Fortaleza, trabalhando diretamente com 20 alunos com deficiência e Transtorno do Espectro Autista (TEA), procurando conhecer suas particularidades, refletindo sobre a necessidade destes alunos que vinham de acompanhamento nas Instituições Especializadas com equipe multidisciplinar, com oferta de educação complementar, saúde e assistência social. Atualmente nas escolas municipais de Fortaleza existem aproximadamente 5.400 alunos acompanhados pelo AEE, ou seja, nas 155 Salas de Recursos Multifuncionais, nas oito instituições conveniadas à prefeitura de Fortaleza, ou através de práticas pedagógicas inclusivas em sala de aula regular. (SME, 2018). Nesse sentido, o encaminhamento do aluno que frequenta o AEE na SRM para investigação e atendimento multidisciplinar nas instituições especializadas acontece a partir do momento que o profissional de AEE identifica que existe a necessidade deste aluno ter acompanhamentos de outros profissionais como, por exemplo, de Fonoaudiólogo, Terapeuta Ocupacional e de Psicólogo. Dessa forma, os alunos são encaminhados para as instituições especializadas conveniadas com a SME. Essas instituições são normatizadas pela Nota Técnica nº 55/2013 que apresenta orientações sobre a reorganização das escolas especiais, que pretendem transformar-se em Centros de Atendimento Educacional Especializado: “as instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, especializadas em educação especial, podem ofertar o atendimento educacional especializado”. (Nota Técnica - MEC/SECADI/DPEE/Nº 55/2013, de 10 de maio de 2013). Diante do contexto exposto, surgiram às seguintes indagações: como as instituições especializadas desenvolvem o trabalho pedagógico a partir da Política Nacional da Educação Especial 2008, na perspectiva da Educação Inclusiva? Quais práticas pedagógicas são desenvolvidas? Concebendo o direito a educação de qualidade, como fundamental ao pleno desenvolvimento do ser humano, no próximo item iremos conhecer a proposta metodológica para a realização da pesquisa.

METODOLOGIA

Dessa forma, para alcançarmos nossos objetivos, tendo em vista a temática e suas especificidades, utilizaremos a pesquisa qualitativa em educação, pesquisa de campo, com observação dos fatos realizados nas instituições especializadas (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Associação Pestalozzi do Ceará, Recanto Psicopedagógico da Aldeota), verificando os temas abordados, a metodologia e aplicabilidade, assim como a coleta de dados e a análise e interpretação desses dados com base numa fundamentação teórica inicialmente nas pesquisas de Gomes (2016), Magalhães (2002), Mantoan (2011), Mazzotta (1999) dentre outros, assim como a Legislação Inclusiva vigente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Até o presente momento, nossos resultados apontaram que a SME do município de Fortaleza possui 155 Salas de recursos multifuncionais e 5.400 alunos matriculados no AEE, nas oito instituições conveniadas (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, Associação

(83) 3322.3222

contato@cintedi.com.br¹

www.cintedi.com.br

Pestalozzi do Ceará, Recanto Psicopedagógico da Aldeota, Centro de Integração Psicossocial do Ceará, Instituto Fillippo Smaldone, Centro de Convivência Mão Amiga, Projeto Missionário e Instituto Moreira de Souza), no qual a SME firmou convênio no ano de 2018, com o intuito de aumentar a oferta de atendimento ao público alvo da educação especial. (SME, 2018).

CONCLUSÃO

Nessa perspectiva, às instituições especializadas desempenharam durante muito tempo a função de assistência às pessoas com deficiência, com as transformações exigidas a partir da Política Nacional da Educação Especial 2008, uma condição é apresentada, ou seja, a inclusão escolar, que vem proporcionar um novo caminho para este segmento, que lhes favoreça o acesso às escolas regulares, resguardando-lhes o direito de serem atendidos em suas especificidades através do atendimento educacional especializado. Concluímos que, os resultados dessa pesquisa servirão de subsídios para os professores dessas instituições, em parceria com os professores da escola regular, refletirem acerca da importância desse trabalho no desenvolvimento dos alunos público da educação especial. Acredita-se na mudança de paradigma das instituições a partir desta política, resignificando seu papel, trazendo reflexão sobre a transformação de suas práticas, diante do desafio de sua função social de defesa de direitos do sujeito com deficiência, tendo como finalidade a inclusão escolar de todos os alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. Disponível no site www.mec.gov.br Acesso em: 25 de abril de 2017.

_____. Secretaria de Educação Básica. **Diretoria de Apoio à Gestão Educacional. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa: Educação Inclusiva** / Ministério da Educação – Brasília: MEC, SEB, 2014. 96p.

_____. Ministério da Educação - **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão-SECADI**. Diretoria de Políticas de Educação Especial – DPEE - NOTA TÉCNICA Nº 055 de 10 de maio de 2013 - Orientação à atuação dos Centros de AEE, na perspectiva da educação inclusiva. Disponível em: www.ppd.mppr.mp.br/arquivos/file/NOTATECNICAN055centrosdeAEE.pdf. Acesso em: 24 de abril. 2017.

_____. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CEARÁ. SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Educação Especial**. Fortaleza, 2018. Disponível em: <http://educacao.fortaleza.ce.gov.br/index.php/rede-de-ensino/educacao-especial>. Acesso em: 30 de março de 2018.

GOMES, R. V. B. et al.; **Política de inclusão escolar e estratégias pedagógicas no atendimento educacional especializado**. – Fortaleza: UFC; Brasília: MC&C, 2016.

MANTOAN, M. T. E.; **O desafio das diferenças nas escolas**. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2011.

MAZOTTA, M. J. S.; **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas.** São Paulo: Cortez, 1999.

OLIVEIRA, M. M.; **Como fazer pesquisa qualitativa.** Recife: Bagaço, 2005.